

O racismo por dentro das instituições policiais

Percepção sobre o racismo é baixa entre os militares e está presente nos alojamentos. Reproduzi-la nas ruas durante abordagens seletivas é apenas um efeito deste processo

Dagoberto Albuquerque da Costa

16 de junho de 2020

FOTOARENA/FOLHAPRESS



Policiais entram em confronto com manifestantes de ato contra racismo em SP

Nos últimos dias, temos acompanhado uma série de manifestações que basicamente têm duas pautas: são contra o racismo e a violência policial. Estes protestos foram motivados pela morte do americano George Floyd, um homem negro, morto por um policial que ficou aproximadamente oito minutos com o joelho sobre seu pescoço. Este fato aconteceu no estado do Minnesota, na cidade de Minneapolis nos Estados Unidos, e os protestos se espalharam por todo o país e pelo mundo. No Brasil também houve protestos ligados a este caso e, tão logo começaram a eclodir, passaram a questionar por que, mesmo com tantos casos semelhantes em nosso país, geralmente as pessoas não protestam contra eles.

Não há como falar em violência policial neste país sem entendermos as suas bases históricas e seus mitos de formação, entre eles o racismo.

A abolição da escravidão no Brasil trouxe como principal reflexo para as pessoas negras um desenvolvimento desigual em relação às pessoas brancas, traduzido pela falta de acesso a bens de consumo, arrendamento de terras, inclusão no sistema de saúde, educação, distribuição das riquezas, etc.

Para que esse sistema econômico se sustentasse, foi desenvolvida uma “tecnologia” de manutenção do racismo com o apoio de parte das instituições do Brasil, principalmente nos espaços de poder e decisão, tais como no Poder Judiciário, no Ministério Público, em cargos políticos de importante relevância, nos setores empresariais e nas grandes corporações, onde não há até hoje a representação de pessoas negras, criando uma mentalidade racista que ainda persiste estruturalmente.

No campo da segurança pública, há poucas pesquisas que apontam para o tema das relações étnico-raciais, embora este assunto esteja presente no cotidiano das forças de segurança em todos os níveis e também nos dados estatísticos nos mostram que a população negra é a que mais sofre com a violência no nosso país.

As questões raciais não têm, em regra, um tratamento específico na maioria dos cursos de formação, sendo o assunto geralmente diluído em matérias não específicas sobre o tema e abordado em algumas cadeiras de humanidades.

Da mesma forma, a percepção sobre o racismo é muito baixa entre os militares e isto se dá por conta da equidade do tratamento que é formalmente dado a negros e não negros na caserna.

Na Brigada Militar/RS, por exemplo, os temas vinculados às questões étnico-raciais dos cursos de formação são abordadas nas cadeiras de *Direitos Humanos e Sociologia*. Mesmo assim, em um rápido escrutínio nessas ementas, podemos verificar que abordar este assunto fica muito mais ao arbítrio do instrutor/professor do que por imposição doutrinária. Na própria instituição, por exemplo, em 183 anos, nenhum oficial negro chegou aos postos de comando.

Desenvolvo pesquisa de mestrado, que tem como tema a expressão do racismo na Brigada Militar/RS. Observei que, embora ele exista, é bastante mascarado nas relações sociais intramuros, funcionando a instituição como espelho da nossa sociedade, onde se nega o racismo, ao mesmo tempo em que as estatísticas demonstram clara desvantagem da população negra em qualquer quesito estudado. Em uma entrevista para esta pesquisa o PM "A" afirma:

<https://www.fontesegura.org.br/retrospectiva-2020/m6tfekpar8>

